



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**MARIA DA PENHA BATISTA DOS SANTOS**

**A ÉTICA NAS QUESTÕES ETNO-RACIAIS: PRÁTICA DOCENTE DO**  
**HISTORIADOR**

**GUARABIRA – PB**  
**2014**

**MARIA DA PENHA BATISTA DOS SANTOS**

**A ÉTICA NAS QUESTÕES ETNO-RACIAIS: PRÁTICA DOCENTE DO  
HISTORIADOR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Ms. Azemar Soares

**GUARABIRA – PB  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237eSantos, Maria da Penha Batista dos

A ética nas questões etno-raciais: prática docente do historiador [manuscrito] ; / Maria da Penha Batista dos Santos. - 2014. 35 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Azemar Soares, Departamento de Educação".

1. Prática Docente. 2. Ética. 3. Identidade Cultural. 4. Racismo. I. Título.

21. ed. CDD 370

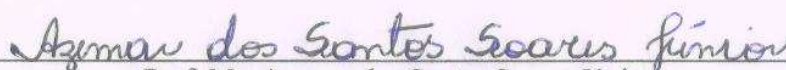
MARIA DA PENHA BATISTA DOS SANTOS

**A ÉTICA NAS QUESTÕES ETNO-RACIAIS: PRÁTICA DOCENTE DO  
HISTORIADOR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Especialista.

Aprovada em 30 / 08 / 2014

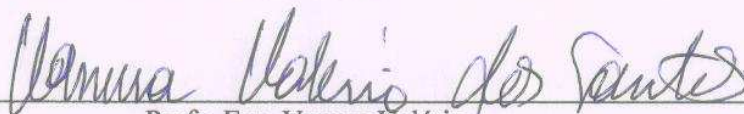
Banca Examinadora



Prof. Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior  
Orientador



Prof. Ms. José Otávio da Silva  
Examinador



Profa. Esp. Vanusa Valério  
Examinador

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a meus pais (in memória), Benedito Adelino dos Santos e Severina Batista dos Santos, e minhas tias (in memória), Maria das Mercês dos Santos, Maria das Dores dos Santos e Maria Rita dos Santos.

## AGRADECIMENTOS

Ao grande criador da minha vida, Deus, que por Ele e para Ele são todas as coisas, minha eterna gratidão, que me ajudou durante todo o decorrer do curso e que esteve sempre presente ao meu lado me dando forças e me orientando em tudo que eu precisasse. Obrigado meu Deus por todos os benefícios que tem feito por mim, iluminando os meus caminhos nos momentos de dificuldades e por essa grande conquista.

Em especial quero agradecer a meus pais (in memória), Benedito Adelino dos Santos e Severina Batista dos Santos, e minhas tias (in memória), Maria das Mercês dos Santos, Maria das Dores dos Santos e Maria Rita dos Santos, que sempre estiveram ao meu lado e que foram exemplos para mim, muito obrigada por tudo que fizeram por mim, infelizmente não alcançaram esse dia, mas foram fundamentais em minha vida, minha eterna gratidão.

Ao meu eterno e grande amor, meu esposo, Aurimar Sousa de Andrade, que sempre me incentivou a continuar e nunca me deixou desanimar, a ele meu muito obrigada e minha gratidão por estar sempre ao meu lado. Com ele passei vários momentos difíceis que me fizeram pensar em parar, mas apesar de tudo nunca me deixou e nem mediu esforços para que eu chegasse a esta etapa de minha vida e esteve sempre me ajudando no que precisasse, obrigada meu querido amor por ser essa pessoa companheira e fiel que você é, te amo.

Aos meus irmãos, Miriam, Marinézio, Milton, Marcela e Milenny, que estiveram sempre comigo e que juntos enfrentamos todas as dificuldades da vida. A estes meu muito obrigada; agradeço a vocês que sempre me deram forças para continuar e nunca desistir, diante de tantos obstáculos enfrentados estou aqui para agradecer pelo companheirismo e afeto.

Aos meus colegas de turma que estiveram comigo durante todo o período de curso, muito obrigada pelo companheirismo.

Ao Prof. Azemar dos S. Soares Júnior, meu orientador, muito obrigada pelo empenho e dedicação e; aos demais membros da Banca, Prof. José Otávio da Silva e Prof<sup>ª</sup>. Vanusa Valério, meu muito obrigada pela cooperação.

À Universidade Estadual da Paraíba e Coordenador do Curso, o prof. Belarmino Mariano pela oportunidade e aos demais professores por passarem para mim e para meus colegas seus conhecimentos adquiridos.

Enfim a todos que direta ou indiretamente, me acompanharam e que de alguma forma me ajudaram em orações a concluir meu curso, o meu muito obrigada.

As virtudes básicas profissionais são aquelas indispensáveis, sem as quais não se consegue a realização de um exercício ético competente, seja qual for a natureza do serviço prestado.

(SÁ, 2001, p. 1:

## RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo por ter como objeto o professor e sua conduta ética frente questões étnico-raciais. Seu objetivo geral é discutir a prática docente do historiador sob a perspectiva da ética nas questões etno-raciais, tendo como objetivos específicos, discutir a questão ética no trabalho docente; co-relacionar a identidade docente e a prática do professor de História e; realizar uma discussão dos resultados de pesquisa feita com professores de História sobre o tema abordado. Nesse sentido, fez-se uma abordagem bibliográfica do tema, desenvolvido por meio de pesquisa textuais em livros, artigos, teses e demais fontes disponíveis, seguida por uma coleta de dados/informações acerca dos possíveis problemas/situações enfrentados por 02 (dois) docentes em sala de aula por intermédio da aplicação de um questionário individual levantando informações de como os professores historiadores, enfrentam situações relacionadas ao tema no dia a dia do trabalho docente. Os dados revelam que os entrevistados têm consciência das suas responsabilidades na construção de um pensamento crítico sobre o racismo, assim como da qualidade que as aulas de história devem apresentar sobre a compreensão do mundo. Os dados também revelam o compromisso e a disponibilidade de luta desses por uma educação de qualidade, posto que suas respostas mostraram as suas vivências a partir da reflexão crítica sobre a ética e o racismo em seus cotidianos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docentes. Ética. Identidade. Racismo.



## **ABSTRACT**

This work is in a study by having as object the teacher and his ethical conduct across ethnic and racial issues. Its overall purpose is to discuss the teaching practice of the historian's perspective of ethics in ethno-racial issues, with specific objectives, discuss ethics in teaching; co-relate the teaching identity and the practice of history professor and; conduct a discussion of the results of survey of history teachers about the topic. In this sense, did a literature approach to the topic, developed through textual research in books, articles, theses and other available sources, followed by a collection of data / information about the possible problems / situations faced by two (02) teachers classroom through the application of an individual questionnaire raising information as historians teachers face situations related to the topic of the day to day teaching. The data show that respondents are aware of their responsibilities in building critical thinking about racism, as well as the quality that history classes should provide about understanding the world. The data also reveal the commitment and availability of those fighting for a quality education, since their responses showed their experiences from critical reflection on the ethics and racism in their daily lives.

**KEYWORDS:** Teachers. Ethics. Identity. Racism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I:</b>	
<b>QUESTÃO ÉTICA NO TRABALHO DOCENTE</b> .....	11
1.1 Demarcações éticas na educação e na docência.....	12
<b>CAPÍTULO 2:</b>	
<b>A IDENTIDADE DOCENTE E O PROFESSOR DE HISTÓRIA</b> .....	17
2.1 A noção de sujeito e a construção da identidade.....	18
2.2 Identidade docente: vocação ou profissão.....	20
2.3 Exigências éticas do professor de história frente às questões etno-raciais.....	21
<b>CAPÍTULO 3:</b>	
<b>PERCURSO TEÓRICO: O DISCURSO DOS DOCENTES</b> .....	24
3.1 Perfis dos professores.....	24
3.2 Realidades do ambiente escolar.....	25
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34
<b>APÊNDICE</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade é o espaço para o exercício do trabalho, da liberdade, da transformação e da realização. A educação, por sua vez, é um ato social, cultural e individual e, como ato social considera a sociedade como um todo e cada meio social em particular, preparando diferentemente os indivíduos para as diversas necessidades da sociedade que se apresenta, cada vez mais, dinâmica, veloz, plural e heterogênea.

Segundo Pereira (2012), em decorrências dessas características da sociedade contemporânea, a educação tem a missão de revisar as relações sociais dos homens com o meio em que vivem e as relações desses consigo mesmos, uma vez que a noção de saber sustentada pela modernidade já não satisfaz as inquietações impostas neste milênio. Assim, para a autora, a ética surge como o lugar onde a educação deve capacitar os indivíduos a viver e relacionar-se em um mundo plural, compreendendo a diferença do outro e dos grupos sociais, étnicos e culturas desse novo tempo.

Nesse sentido, no campo da educação, a ética se concretiza quando se educa para a pluralidade, acolhendo-se a diferença, mesmo se não a compreender. Para isso, exige-se que o pensamento pedagógico proponha um retorno à espiritualidade, problematizando-se o *ethos* do sujeito, seu modo de ser e suas transformações, pondo, enfim, a vida no centro de todo processo de conhecimento e estabelecendo relações de sentido entre o ser e o mundo.

Vivemos hoje, no Brasil, a emergência de questões universais urgentes como a construção da cidadania, o estabelecimento do Estado de direito, além de problemas que carecem, na visão de muitos, de respostas não apenas políticas, mas também éticas, como a questão do preconceito e do racismo étnico-racial.

Neste caso, a necessidade de tratar desse tema consiste, dentre outras saídas possíveis, na busca de soluções que transcende a esfera da História, enquanto ciência e disciplina escolar, pois é preciso fomentar valores, sentidos e intencionalidades que perpassem o agir humano e a sala de aula se mostra como o lugar apropriado para o exercício do questionamento, não só dos alunos, mas também dos próprios docentes para consigo, em uma reflexão contínua sobre suas práticas, seus discursos e suas posturas. Isso porque, muitos dos docentes têm formação hegemonicamente influenciada pelo ideal de branquitude, o que pode influenciar a compreensão da experiência de discriminação racial sofrida por alunos dentro e fora da escola.

Sobre essa discussão, Cavalleiro (2001) enfatiza que os professores devem ser desafiados a desenvolver junto com demais colegas e alunos a reflexão em torno das questões etno-raciais buscando desestruturar as concepções racistas e discriminatórias e reconstruindo novas possibilidades de igualdade e respeito multiétnicos e multiculturais.

Portanto, este aspecto merece atenção e reflexão dos educadores, sujeitos de uma sociedade moderna e plural. A intenção não é de encontrar uma verdade escondida, ainda por se revelar por trás dos discursos sobre a ética na prática docente, mas indicar que existem possibilidades de discussão da questão etno-racial na prática escolar e, em especial, no que diz respeito à ação do professor de História.

Com base no exposto, este trabalho tem como objetivo discutir a prática docente do historiador sob a perspectiva da ética nas questões etno-raciais. Visando atingir o objetivo principal, alguns objetivos específicos são requeridos, discutir a questão ética no trabalho docente; co-relacionar a identidade docente e a prática do professor de História e; realizar uma discussão dos resultados de pesquisa feita com professores de História sobre o tema abordado.

Com estas colocações justifica-se a importância desse trabalho por tratar-se de um estudo por ter como objeto de estudo o professor e sua conduta ética frente questões étnico-raciais, a partir da concepção de que este trata-se de um agente social, material e intelectual capaz de analisar, compreender e contribuir para transformar a realidade a partir das contradições geradas pelo trabalho que realiza, em conjunto com os outros homens. Assim, a escolha do tema se deve, de um lado, pelo contato maior com docentes da rede pública que lecionam a disciplina de história; por outro, porque nesta disciplina, a seleção de conteúdos relevantes para a compreensão da realidade, desvendamento do mundo real e da própria situação sócio-histórica do aluno se apresenta de forma mais direta e mais clara.

A forma de abordagem da pesquisa foi bibliográfica, pois, o trabalho foi desenvolvido inicialmente por meio de pesquisa textuais em livros, artigos, teses e demais fontes disponíveis em acervo particular, público e digital. De acordo com Köche (1997), a pesquisa bibliográfica é aquela que levanta o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o problema objeto da investigação. Em um segundo momento, a pesquisa tratou de uma coleta de dados/informações acerca dos possíveis problemas/situações enfrentados por 02 (dois) docentes em sala de aula por intermédio da aplicação de um questionário individual levantando informações de como os professores historiadores, enfrentam situações relacionadas ao tema no dia a dia do trabalho docente.

## **CAPÍTULO I:**

### **QUESTÃO ÉTICA NO TRABALHO DOCENTE**

O termo “ética” tem sua origem no vocábulo grego *ethos*, traduzido como uso ou costume, entendido como expressão externa de comportamento, hábitos e maneiras de ser (VEIGA et al, 2005). Segundo Garcia (2010, p. 384), no dicionário técnico e crítico da filosofia de André Lalande (2000) a ética é entendida como “[...] a ciência que toma por objeto imediato os juízos de apreciação sobre os atos qualificados de bons ou de maus”. Já em no Dicionário Aurélio, a ética trata-se do estudo dos juízos referentes à conduta humana, suscetível de qualificação entre o bem e o mal.

Nessa perspectiva a ética pode ser compreendida inicialmente como aquilo que determinada à conduta humana, ao ofertar-lhe princípios que sejam bons para a convivência social. Assim, a ética manifesta formas de normatividade em todas as vertentes inerentes às ações humanas, sejam elas social, política ou moral (GARCIA, 2010). Em outras palavras, criamos expectativas sobre determinadas práticas e as “avaliamos” de acordo com um critério de um “dever ser” característico. É talvez por essa razão que existem códigos de ética para algumas carreiras, que sinalizam regras de conduta razoavelmente consensuais e, até certo ponto, suficientemente claras não só pra o conjunto dos profissionais, mas também para os outros envolvidos.

Para Lisboa (1997) a ética busca entender a razão dos conflitos existentes entre as pessoas como resultado de suas crenças e valores, estabelecendo a partir disso os tipos de comportamento que permitam a convivência em sociedade. Em vista disso,

[...] Da mesma forma que, para o homem, se torna necessária a convivência em sociedade para alcançar seus objetivos particulares, pra cada sociedade é imprescindível a presença de ética, sem a qual fica difícil sua própria existência. Desse modo, é de se esperar que a Ética esteja na base de toda e qualquer norma que dite comportamentos a serem seguidos (...) pode-se definir o termo ética como sendo um ramo da filosofia que lida com o que é moralmente bom ou mal, certo ou errado [...] (LISBOA, 1997, p. 37).

Entretanto, o campo da ética não se confunde com o das leis, e tampouco com o da moral. Trata-se de um campo suportado por regras até certo ponto facultativas, isto é, que não exigem uma submissão inquestionável, mas um engajamento autônomo, uma assunção voluntária, na medida em que prescrevem, no máximo, pautas possíveis de convivência entre

os pares de determinada ação. Tais regras não são, portanto, nem dogmáticas, como no caso da moral, nem compulsórias, como no caso das leis.

Os campos legais e morais, por sua vez, são mais afeitos às normas, às prescrições tácitas. Assim, as determinações morais e as legais são praticamente idênticos para todos, em detrimento do contexto específico da ação, das circunstâncias de sua execução. Pode-se dizer que, em determinado contexto sócio-histórico, elas atravessam, o conjunto das práticas humanas indistintamente. Não matar ou não roubar, por exemplo, são, atualmente, postulados relativos a quaisquer ações humanas, e, mesmo vale lembrar, num caso limite como o da guerra. Nessa situação de conflito generalizado, pode-se dizer que é possível e necessário matar, mas apenas militares inimigos, jamais os civis.

Outra diferença fundamental é que o campo da ética é muito mais mutante do que o da moral e o das leis, uma vez que se encontra em dinâmica constante: julgamos “caso a caso”, ponderamos “as circunstâncias”, levamos em conta os “antecedentes”, etc. Além disso, nem tudo que é considerado ético hoje o será amanhã. O mesmo não se pode dizer com relação à moral e às leis. Seus preceitos persistem, não mudam tão facilmente.

Assim, a violação de uma exigência ética não é considerada automaticamente nem uma contravenção legal nem uma transgressão moral, mas tão somente uma falta, uma vez que contraria um conjunto de preceitos tomados como necessários, eficazes ou apenas positivos, bons. Algo, pois, que teria sido melhor se tivesse sido de outra maneira.

Assim, se, como cidadãos, temos experimentado o hábito de avaliar certas práticas sociais e profissionais a que estamos ligados no dia a dia, não se pode dizer que o mesmo venha ocorrendo explicitamente e com a mesma frequência quando colocamos a educação escolar em pauta. Raras são as vezes em que a discussão ética é presenciada de modo explícito no campo pedagógico, principalmente entre os professores – e a ausência de bibliografia sobre o tema é uma evidência mais que suficiente do estado em que se encontram as discussões na área. Além disso, se a escola é uma das práticas sociais e o trabalho pedagógico, uma das práticas profissionais fundamentais da vida civil contemporânea, algo neles parece estar fora da ordem ou, no mínimo, em descompasso quando comparado à efervescência de outras instituições sociais.

### **1.1 Demarcações éticas na educação e na docência**

O termo docência tem origem etimológica no vocábulo latino *docere* que significa “ação de ensinar”, instruir, mostrar, vinculando-se, ainda, aos correlatos *ensinança*, *ensino*,

*ensinamento e instrução*, todos provenientes da língua latina que expressão em sua essência a preocupação pelo ensinar (VEIGA et al, 2005). Para os autores, independente dos termos utilizados em diversos momentos da história da humanidade ou de sua vinculação formal com a escola ou com o próprio ato de ensinar, sempre se buscou a razão pela escolha do exercício profissional da docência. Isso porque, a docência apresenta sentidos diversos que se fundam em ideologias e representações que vão desde a concepção de sacerdotício, *hobby* para profissionais com outras ocupações até o de profissionalização.

Entretanto, para Silva (2011) há uma contínua imposição de alienação ao professor, coisificando-o, seja pelos baixos salários, precária formação geral ou pelo descaso histórico com a educação. Para o autor, o professor precisa compreender a responsabilidade do papel assumido ao tomar tal profissão para a sua vida. No entanto, faz-se necessário, que o professor, por meio de um olhar transformador, perceba que, mais que a quantidade de conhecimentos, a qualidade de sua prática pousa na consciência de classe e na formação da cidadania militante, não se acomodando as imposições que vêm de “cima para baixo”. É preciso uma reflexão sobre os porquês que o ajude a avaliar a conjuntura concreta de sua situação, projetar e executar esquemas de ação, no âmbito das escolas e da sociedade.

Esse posicionamento de Silva (2011) encontra consonância nos estudos de Thums (2003) cujo pensamento se volta à compreensão da educação como ação humana composta por quatro elementos essenciais: a reflexão, a ação, o discurso e as consequências. A reflexão consiste na análise, na síntese e na crítica daquilo que se diz e que se faz; a ação refere-se à dinâmica do fazer Educação que deve seguir do ideal ao material por caminhos possíveis e viáveis. O discurso trata-se das referências que balizam a ação docente, originadas na vivência, nas crenças, nos sentimentos e na cultura de cada um. As consequências representam o resultado da reflexão, da ação e do discurso.

Feitosa e Leite (2011) enfatizam, ainda, que a ação docente exige que essa reflexão se constitua como permanente, de forma que proporcione uma mudança nas atitudes dos docentes assentadas nos quatro elementos apontados por Thums (2003). Como se percebe, a prática docente não admite a omissão, não aceita professores que não fazem curso de aperfeiçoamento, que lêem pouco ou quase nada, que não cria, não inovam ou que não muda seus métodos de ensino.

Essa responsabilidade pela qualidade da educação está nas mãos e nas cabeças dos professores, principalmente daqueles que militam nas escolas públicas de Ensino Básico. Por quê? Porque são eles, os professores, que mais conhecem o ambiente opressor das salas de aula e mais sentem os efeitos dramáticos da política educacional vigente. Também porque são

eles que em termos de quantidade formam o maior contingente profissional de educação e, por isso, têm força suficiente para uma mobilização expressiva e para a conscientização das massas populares e da grande massa de educadores (SILVA, 2011).

La Taille et al (2004), no texto *Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003*, informam que os estudos sobre a ética na educação brasileira fazem parte de discussões cada vez mais crescentes nas publicações acadêmicas, questionando o papel da Educação no bojo desse debate e pontuando que, embora o termo em questão faça parte dos diversos discursos apresentados, a sociedade moderna caminha em direção divergente ao que propõe a própria ética, uma vez que esta vem sofrendo de um mal-estar ético, caracterizando-se pela transitoriedade e pelo relativismo dos valores, que individualiza o sujeito que, por sua vez se coloca como parâmetro para a vida social. Assim, a transformação da educação só se concretizará pela mobilização e conscientização dos educadores quanto ao papel que desempenham (THUMS, 2003).

É a partir deste pensamento que sobressai a importância da missão do professor, a profundidade do seu trabalho pedagógico libertador, a relevância das conceituações e a riqueza das propostas.

Para Silva (2011), é necessária uma revolução qualitativa do ensino, começando pela atualização do próprio conhecimento do docente, pois, para combater a injustiça social, é preciso também ser justo no desempenho das funções inerentes à profissão, é preciso deixar de ser ingênuo, é preciso saber decidir, é preciso criar condições para alcançar a dignidade dentro da estrutura social. Assim, o professor, responsável pela educação formal dos indivíduos, deve cumprir as funções de desvendar as contradições da sociedade brasileira atual e disseminar uma nova concepção de mundo junto aos seus alunos por meio de um trabalho conscientizador.

Esta transformação só será possível, segundo Silva (2011) se o educador se construir e chegar a ser sujeito, na medida em que, integrado em sua realidade refletir sobre si mesmo e sua realidade, conscientizando-se da sua história. Por isso, a consciência e a ética do professor devem ser trabalhadas para que ele, enquanto educador de uma população ansiosa por reformas qualitativas, possa abrir horizontes que possibilitem a transformação do seu destino, de seus alunos e porque não dizer, da sociedade. Essa mesma linha de pensamento é defendida por Johann (2010) ao referir-se às exigências éticas da ação docente que relacionam a prática específica do docente com seu compromisso com valores que devem ser disseminados em concordância à disciplina a qual leciona por meio de um discurso dialógico, despertando a curiosidade, criatividade e criticidade.



Por conseguinte, Fenelon (1987, p.25) afirma que não dá para dissociar a ciência da sua prática social. Para a autora, a compreensão da realidade da ação docente, em especial do ensino de história, pressupõe a questão da formação do professor que ministra a disciplina e a sua prática pedagógica. Entende-se que a metodologia de ensino (como se ensina) não se resume a determinadas técnicas, recursos didáticos e teorias de aprendizagem, mas sim, que está articulada a concepções teóricas relativas à sociedade, ao homem e ao processo de conhecimento. Desse modo, no caso do professor de história, a sua concepção de história é subjacente, ou seja, fundamenta a sua prática pedagógica. O que ensina (conteúdo) e como se ensina (metodologia de ensino) se encontram articulados e mediados por uma concepção de história, refletindo sua conduta ética e sua visão de mundo (BASSO, 1994).

Para o Silva (2011), o professor ético deve propiciar às novas gerações a capacidade de reflexão face às contradições sociais, objetivando a superação das mesmas. O professor, assim como os demais seres humanos, é um ser histórico. Assim, ele deve assumir uma postura profissional, metodológica de acordo com as necessidades e os desafios sociais do seu tempo. Enfim, é preciso instrumentalizar o professor para o enfrentamento crítico do cotidiano escolar para que ele tenha condições de transformar a teoria em prática.

O grande compromisso do professor, não é nem pode ser com um sistema opressor e explorador. Não basta, portanto, possuir conhecimento da matéria a ensinar, possuir boas filosofias de educação e apresentar boa formação e posicionamentos político, mas sim, ter condições concretas que, a nível social, político e ético darão o ritmo e o rumo da ação transformadora (SILVA, 2011).

Em consonância com aos pensamentos apresentados, começa a ganhar sentido no meio escolar o fato de se protagonizar a unidade educacional como agência privilegiada da formação ética, ou mais precisamente da educação em valores, ou seja, a ética é condição *sine qua non* para a expressão e exercício da educação ou, nos dizeres de Freire (1996, p.27) “a prática docente, especificamente humana, é profundamente formadora, por isso, ética”.

Para Johann (2010), essa prática formadora, pautada no compromisso ético dos docentes, só ocorre quando o professor viabiliza e estimula a curiosidade e o espírito crítico dos alunos; propicia acesso a recursos de aprendizagem e acredita no sucesso educativo dos educandos. Freire (1996), por sua vez, pontua que, quando alunos e professores assumem os conteúdos em uma atitude desafiadora, movida pela curiosidade, o conhecimento se constrói de maneira prazerosa e ética porque,

A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética [...] a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza. [...]. Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando (FREIRE, 1996, p. 36).

Em vista do exposto, é preciso que o docente compreenda o conceito de educação que adotou e o contexto que esta inserida para construir sua reflexão sobre a aproximação de sua prática, ou não, da ética, uma vez que encontramos diversas ambiguidades e divergências na educação, a exemplo do ensino excludente que, ainda hoje é a realidade da maioria das escolas e cuja preocupação maior é a quantidade de conteúdos “ensinados” e de horas/aula para o cumprimento de metas. Nesse sentido, configura compromisso ético dos professores tornarem-se melhores em sua ação pedagógica e em sua formação, aplicando os conhecimentos e a formação em benefício da criação de uma nova cultura social, na eterna utopia da construção de uma sociedade mais humana, mais harmônica e com melhor qualidade de vida.

## **CAPÍTULO 2:**

### **A IDENTIDADE DOCENTE E O PROFESSOR DE HISTÓRIA**

A Formação de Professores vem constituindo-se, principalmente a partir da década de 1990, em uma das temáticas mais investigadas na área da Educação, orientadas, por vezes, pela produção internacional, na qual se fundamentam para investigar os conhecimentos adquiridos pelo professor, sejam aqueles provenientes do exercício profissional, sejam os de sua formação inicial ou continuada.

É necessário lembrar, entretanto, que apenas nesta década é que despontaram novos temas abordados para compreender a prática pedagógica e seus saberes relacionados, os quais passam a considerar como complexa essa prática, bem como a resgatar seu papel face à formação dos demais saberes do professor. Com isso, os saberes provindos da prática ganharam força e valorização. Pesquisadores e professores começaram, desde então, a perceber a importância, tanto de sua autoformação pela reflexão de suas práticas, quanto da necessidade de reelaborarem seus saberes acadêmicos iniciais.

A busca por aperfeiçoamento é uma prática na maioria das profissões e não pode ser diferente entre os educadores. Nesta perspectiva, os professores se vêem às voltas com a busca da formação continuada para melhorarem suas práticas, e nesse movimento, o destaque vai para os saberes pedagógicos que podem contribuir para a evolução do docente (TARDIFF, 2007).

Mas, nem sempre os saberes pedagógicos são suficientes diante da realidade vivida nos dias atuais na educação básica, já que encontramos cada vez mais alunos desinteressados com o ambiente escolar face à questão tecnológica ou em outro extremo estando no ambiente escolar “obrigados” devido as exigências do mercado, conforme expõe Johann (2010, p. 25):

[...] a escola passa a ser um ambiente pouco atraente para a grande maioria dos alunos. Os espaços de aprendizagem não formais são mais atrativos do que ela. Professores com baixa autoestima, pouco valorizados e mal pagos, não conseguem entusiasmar os seus alunos.

Porem, não se pode perder de vista que, a forma com que o indivíduo se relaciona com o outro e o conhecimento de mundo são situações formativas. Assim considera-se que o conhecimento profissional do professor é um conjunto de saberes teóricos e experienciais, que se expressam em um saber agir conforme a situação e em conformidade com o contexto do indivíduo (FREIRE, 1996). Nesse contexto o professor passa a ser o orientador, coordenador

e o mediador do processo de ensino-aprendizagem. Para que sua orientação contribua com os processos de construção do conhecimento, deve-se estar atento aos mecanismos das relações interpessoais nas interações com o educando, sem perder de vista que a ajuda pedagógica deve adequar-se às necessidades e características de seus alunos. Diante da real situação a sua intervenção pedagógica deve sempre contribuir para que o aluno passe a desenvolver sua capacidade de realizar aprendizagens significativas, aprendendo a aprender e construindo seus conhecimentos.

## **2.1 A noção de sujeito e a construção da identidade**

Uma das questões consideradas importantes nos estudos que tratam das relações sociais é a da construção do “eu”, do sujeito. O termo sujeito se refere a um núcleo do indivíduo que rege outros comportamentos e que está presente na consciência do próprio sujeito, em forma de representações a respeito de si mesmo, projetos de futuro, coordenação das próprias experiências e apresentação de si diante dos outros.

De acordo com Araújo (2002, p. 82), a noção de sujeito “[...] incorpora uma densidade plural de sensações”, assim, constituímos-nos enquanto sujeitos na relação com os outros, seja na família, na escola ou na vida social como um todo, a partir de uma dimensão de estranheza, de perplexidade e interrogação em relação aos demais. Nesse sentido, para que possamos compreender o outro, esse outro tem que se apresentar como estranho, produzindo “[...] sensações novas, às vezes imprevisíveis, indizíveis, incapazes de serem traduzidas” (ARAÚJO, 2002, p. 83) – e o caminho para isso não é a empatia nem a identificação com ele, mas sim conhecer a si mesmo.

Dessa forma, nós somos sempre sujeitos de relação com o outro, de comportamentos e de atitudes em geral e de relações consigo mesmo. E, enquanto sujeito, devemos vigiar a si próprios nos aspectos econômico, político, religioso e ético. Na sociedade pós-moderna caracterizada pela crise dos valores, difere em muito da sociedade de três décadas atrás, tendo em vista que passou por intensas transformações, seja de natureza tecnológica, econômica, social e especialmente cultural, gerando efeitos de fragmentação do campo social. Tal fragmentação resulta, muitas vezes, no fracasso dos vínculos econômicos, culturais e profissionais que atualmente não mais funcionam como fatores de unidade durável. O corolário desse processo é uma transformação na forma de construção das subjetividades, que se traduz na impossibilidade de uma identidade fortemente elaborada nessa sociedade atual, acentuadamente marcada pela crise dos valores.

No mundo globalizado em que vivemos, cresce a procura de identificações mais imediatas, devido aos problemas colocados pela crescente diferenciação dos papéis e dos âmbitos de pertença, o que afeta diretamente a formação das subjetividades e o sentido de pertença coletiva. Esta situação de desorientação generalizada vivenciada na sociedade contemporânea, pelo aumento da complexidade decorrente da acentuada diferenciação dos âmbitos de significado e pelo pluralismo das fontes de produção dos valores e dos modelos culturais, coloca os indivíduos e grupos diante de uma difícil tarefa: encontrar referências de sentido suficientemente unitárias e coerentes.

Assim, para encontrarmos uma possível solução tomamos as palavras de Araújo (2002, p. 88): “Será preciso estar aberto ao desconhecido e deixar-se surpreender pelo cotidiano”, como alternativa para reduzir a complexidade diante de novas formas de integração e de identificação propostas na sociedade pós-moderna, permitindo a reconstrução da noção de subjetividade.

Nesse cenário, a construção da identidade do professor torna-se cada vez mais complexa, uma vez que sua autoreferência se apresenta e volta a representações que partem de seus conhecimentos adquiridos ao longo dos anos através de toda uma história de vida, que carrega consigo uma carga de experiência familiar, social, cultural, religiosa, econômica envolta por estas mudanças sociais, políticas e culturais contemporâneas. Some-se a isso, a própria inserção na carreira docente, em seus primeiros anos de atividades, com seus anseios, conflitos e dificuldades enfrentadas na sala de aula. Feitosa e Leite (2011, p. 14) assim expõem sobre o tema;

Considerando que a escolha pela profissão docente, como em qualquer outro ofício, ocorre em função de aspectos objetivos e subjetivos, o indivíduo procura identificar quais as representações sociais relativas à profissão escolhida e procede a uma autoavaliação, buscando detectar características pessoais condizentes com o perfil profissional esperado.

Com base nessas colocações, a alternativa de crescimento tanto pessoal quanto intelectual e profissional do docente abrange perspectivas individuais e coletivas, quando as primeiras se justificam pelo posicionamento do próprio “eu”, visando ao bem coletivo e as segundas se justificam, mais especificamente, pelos índices de colaboração e interação entre os profissionais da classe e sua flexibilidade em partilhar experiências, sentimentos, fraquezas, habilidades e competências que favoreçam ao corpo escolar, propriamente dito.

Para Johann (2010), essa interação com o outro aproxima a educação e a ética, constituindo a possibilidade de uma ação educativa humanizada, acolhedora e hospitaleira,

levando o docente a reconhecer que ao ser “eu” é responsável para com o “outro” e, nessa constante busca pelo "eu", de certo modo, passa a decidir sobre sua identidade profissional. Isso porque ao indagar-se sobre sua vida e os motivos que o levaram a ser professor, o docente se depara com seus próprios processos de aprendizagem, os quais construíram e otimizaram seu perfil docente e se expressa na sua prática efetiva (ABRAHÃO, 2010).

Conforme Abrahão (2010, p. 26), “[...] tal identidade do “eu” abre a possibilidade de um autoentendimento de si mesmo, permitindo ao sujeito agir autonomamente e de modo responsável diante de si mesmo, da sociedade e da cultura”. Nesse sentido, o professor, mais que estar presente em sala de aula, deve desenvolver competências não apenas para uma relação pedagógica, mas também uma relação social com os demais sujeitos escolares, uma vez que a velocidade das mudanças na sociedade pode conduzir a um sentimento de estranhamento consigo mesmo, de não compreensão das experiências e dos pensamentos que pode dar vez a novas formas de resignificação da sua profissão, podendo ameaçar a subjetividade como cidadão e como docente.

## **2.2 Identidade docente: vocação ou profissão**

Para Rubem Alves, há uma distinção entre professor e educador, ao afirmar que, “professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda uma vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança” (FERACINE 1998, p. 50). Portanto, segundo esse pensamento, o professor passa apenas o conhecimento teórico, já o educador além de ensinar o teórico mostra a realidade da vida fora deste ambiente.

Porém Feitosa e Leite (2011) tecem considerações pontuais sobre a tendência de considerar o docente como um vocacionado. Segundo as autoras, essa tendência de vincular a docência ao apelo divino da vocação ou à predestinação em que pessoas são agraciadas pelo dom de ensinar é, na realidade, uma forma de alienação da qual o Estado tem feito uso para investir precariamente na formação docente.

Para Costa (1995), é preciso buscar uma resposta ao questionamento apresentado se somos profissionais, educadores ou trabalhadores, fazendo-se necessário distinguir três termos designativos: professor/a, educador/a e trabalhador/a. De acordo com Costa (1995, p. 226), a partir da análise do processo de trabalho docente por diversas teorias, o professorado foi identificado como um “[...] contingente de trabalhadores burocráticos, a serviço do aparato do Estado [...]”. Dessa forma, inferimos que de acordo com essa afirmação, o conhecimento é

concebido como mercadoria e o professor um trabalhador deslocado do contexto sócio-cultural em que o conhecimento foi produzido, uma vez que como trabalhador burocrático deverá racionalizar a sua ação: sequenciar a informação a ser transmitida, considerando o nível de complexidade, apresentá-la ao aluno e depois testar a sua assimilação, identificando-se com as condições do trabalho assalariado dos operários. Nesse modelo, existe uma divisão de trabalho em que o especialista investiga na academia e o professor, assumindo o papel de técnico, executa na escola, havendo, portanto, uma separação pessoal e institucional entre a teoria e a prática.

Ainda nos remetendo à Costa (1995), a designação “trabalhadores/as em educação” remete à concepção política e de classe de um sujeito coletivo análogo aos demais trabalhadores de educação, racionalizando o trabalho docente e distinguindo-os dos especialistas em Educação (supervisores, orientadores educacionais, administradores, entre outros). Porém, os professores “não estão dispostos a abrir mão das prerrogativas de classe média que lhes são conferidas por sua cultura, pela natureza intelectual de seu esforço de trabalho e o decorrente status ocupacional.” (COSTA, 1995, p. 239). Por conseguinte, o termo “educador/a” procura aproximar esses sujeitos – especialistas e professores/as – em um mesmo conjunto. Entretanto, Costa (1995) alerta que essa aproximação deu-se apenas em relação às reivindicações relacionadas à condição destes como funcionários, permanecendo a divisão estrutural das respectivas atividades ou campos de atuação.

Quanto ao professor de história podemos dizer que estes, segundo Fonseca (2003, p. 77), configuram docentes que dominam não apenas o processo de construção do conhecimento histórico, “[...] mas sobretudo um conjunto de saberes e mecanismos que possibilitam a socialização desses conhecimentos nos limites da instituição escolar”. E mais: cabe ao professor de história partilhar saberes, contribuindo para a formação de uma determinada maneira de ver e compreender o mundo.

Nesse sentido, a função do professor de história é, pois, criar as condições para que o aluno possa exercer a sua ação mental ou intelectual na construção crítica de significados e do conhecimento e de sua própria aprendizagem.

### **2.3 Exigências éticas do professor de história frente às questões etno-raciais**

As relações estabelecidas entre indivíduos de diferentes etnias podem despertar comportamentos inadequados no que se refere aos valores do outro. Partindo das relações

conflituosas os alunos negros podem adotar em alguns momentos da vida escolar postura introvertida, com medo de serem rejeitados ou ignorados (BAPTISTA, 2011).

Isso porque a situação da criança e do jovem negro não tem suscitado muito interesse nas reflexões educacionais brasileira, ao longo da história da educação no Brasil. Segundo pesquisadores sobre o tema, os conteúdos selecionados para compor o currículo escolar não legitimam a presença do negro como elemento fundamental na formação do povo brasileiro, limitando-se a contar a história a partir da perspectiva da escravidão, estereotipando-o de forma subalterna e inferior. Esse processo tem influenciado a construção da identidade de muitos alunos de forma negativa, uma vez que a imagem do sujeito negro se apresenta de forma preconceituosa e excludente (MESQUITA, 2004).

No que diz respeito ao ensino de história nas escolas de Educação Básica, este tem sido alvo de inúmeros debates e reflexões devido aos aspectos constitutivos dessa disciplina e a forma como sua proposta curricular apresenta os conteúdos. Barreto (2000) nos informa que no âmbito das questões etno-raciais, o tratamento dado às diferenças étnicas se referem à formação do povo brasileiro de forma harmônica, “[...] sem conflitos, sem menção às questões de alteridade e de reciprocidades no processo de contato” (BARRETO, 2000, p. 151).

De qualquer forma, é ponto comum que as propostas da disciplina devem formar ou construir uma postura e um pensamento críticos do aluno, posto que o fim maior é a construção de uma sociedade democrática e vinculada a constituição da cidadania dos sujeitos históricos. Nesse sentido, Barreto (2000) destaca que considerando os pressupostos éticos dos textos oficiais que insistem no discurso da construção da cidadania em um sistema democrático, torna-se relevante que a ação pedagógica no ensino de História aprofunde os estudos comparativos sobre a problemática dos diferentes grupos sociais no presente e no passado para se apreender a identidade pelo estudo da semelhança/diferença.

Entendendo a necessidade da participação política e ética dos docentes nas mudanças da sociedade, acredita-se que sua ação, mediante as questões etno-raciais, deve estabelecer a inter-relação entre os códigos culturais dos diferentes grupos culturais, buscando instigar a discussão sobre a especificidade da diferença no plano da coletividade, de forma que possa levar o aluno a respeitar as diferenças em todos seus aspectos.

Sob a perspectiva da ética, cabe ao docente problematizar a realidade, possibilitando a consciência da diversidade cultural e sua contribuição na formação do nosso povo. Essa interação se faz importante para o desenvolvimento e construção da identidade dos alunos, pois, de acordo com Giroux (1995, p.88) os educadores não poderão ignorar as difíceis



questões da raça, da identidade e da ética uma vez que elas “[...] exercem um papel importante na definição do significado e do propósito da escolarização, do que significa ensinar e da forma como os/as estudantes devem ser ensinados/as [...]”.

Dessa forma, ao docente cabe refletir e assumir sua identidade como profissional que comporta um compromisso ético e moral em dividir a responsabilidade com outros agentes sociais, já que exerce influência sobre outros seres humanos. Se assim não o faz, contribuirá para a não existência de algumas práticas e expressão de vida, como também fortalece a discriminação e preconceito.

É preciso discutir em sala de aula, pois os/as educadores/as devem criar ambientes de aprendizagem que promovam a compreensão do ser humano em sua totalidade, como ser político, cultural, ético e social. O reconhecimento das diferenças étnico-raciais pode estimular o uso de abordagens etnográficas a partir da visão dos sujeitos (perspectiva interna) e compreender as verdades que estão subjacentes ao comportamento dos educandos e da própria sociedade, em especial quanto a comportamentos racistas.

## **CAPÍTULO 3:**

### **PERCURSO TEÓRICO: O DISCURSO DOS DOCENTES**

O presente capítulo retrata a sistematização dos dados gerados por meio de entrevistas realizadas com dois professores que lecionam a disciplina de História. O questionário utilizado está anexado ao final deste estudo. Os sujeitos foram identificados pelo código Professor 1 e Professor 2, garantindo o anonimato dos entrevistados. As respostas dadas foram transcritas conforme encontradas nos questionários e organizadas em quadros contendo a pergunta efetuada e os respectivos dados.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois nesta perspectiva a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais. Segundo Richardson *et.al* (2011, p.90), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. Neste contexto, será descritiva, uma vez que não requer a utilização de métodos e técnicas estatísticas, tendo como focos principais em suas abordagens o processo e seu significado, já que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto quer dizer, um vínculo indissociável entre o mundo da objetividade e subjetividade do sujeito, que nesta condição não pode ser representado por números.

Para o cumprimento dos dois primeiros objetivos da pesquisa, realizamos um levantamento das referências bibliográficas sobre a relação entre a História e a questão do racismo na sala de aula, no que tange suas fronteiras e diálogos quanto a sua abordagem, para tal será utilizado autores como os estudos realizados nesta área cujas as pesquisas contribuem para compreendermos os diálogos entre a da História e as diversas situações surgidas em sala de aula, suas características e fronteiras neste debate ardente e atual, enfocando a situação do professor.

#### **3.1 Perfis dos professores**

Ao todo participaram da pesquisa 02 (dois) professores do gênero masculino e com faixa etária 40 a 59 anos. Os sujeitos da pesquisa lecionam no Ensino Básico, no Ensino Médio, sendo um professor da E.E.E.I.F.M. D. Alice Carneiro e o segundo, docente das

Escola Normal Estadual Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello e da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira. Os dados informam que o tempo de serviço no magistério dos entrevistados varia de 21 a 25 anos, observando que, os entrevistados Pós-Graduação – Especialização na área em que atuam.

### 3.2 Realidades do ambiente escolar

Pediu-se aos entrevistados que refletissem sobre o que compreendiam sobre o termo ética. A seguir apresentamos as suas respostas.

Quadro 1: Compreensão sobre a ética

PROFESSOR	PERGUNTA 1: O que você entende por ética?
PROFESSOR 1	É a conduta do professor com total responsabilidade no desempenhar de sua função. É ter respeito à condição estudantil e humana do aluno, independentemente do seu nível cultural, moral, social, étnico. Ser plenamente correto com os colegas de profissão, seja em sua presença ou ausência. E é ser também discreto e respeitoso diante de certas particularidades em que o aluno às vezes confessa ao seu professor.
PROFESSOR 2	É o conjunto de princípios que norteiam a conduta moral dos indivíduos à prática da plena cidadania.

A ética é um tema que passou a figurar como um dos grandes eixos de preocupação e discussão entre as pessoas e, em especial na educação. No caso do professor 1, quando questionado sobre sua concepção de ética, observa-se que os dados de sua resposta tratam da ética na prática profissional, enquanto o professor 2 coloca o termo de forma universal em todo o campo social. Nos dois casos, o vocábulo “conduta” aparece como sendo o centro catalisador da ética.

Segundo Vasquez (1999, p. 23), Ética “[...] é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica do comportamento humano.” Não seria demais dizer que, de acordo com essa perspectiva, a ética assume um caráter formativo do indivíduo como pessoa se materializando na ação social, ou seja, de acordo com esta visão, a ética trata do comportamento dos homens em suas diferentes

maneiras - grupos e sociedades – calcando-se em princípios e regras, direitos, obrigações e deveres, que regulam seus comportamentos, encerrando, desse modo, um aspecto dinâmico ao termo.

A seguir pediu-se aos entrevistados que informassem em que momento do trabalho profissional a ética deveria ser realizada. Os dados são os seguintes:

Quadro 2: Em que momento do trabalho profissional a ética deve ser realizada?

PROFESSOR	PERGUNTA 2: Em que momento do trabalho profissional a ética deve ser realizada?
PROFESSOR 1	Ética Sempre. Sempre agir com ética. Com sua constante realização o ambiente de trabalho só tende a progredir. A falta de ética gera conflitos, desconfianças, desequilíbrio de convivência, enfim, causa atraso no ambiente escolar.
PROFESSOR 2	Em todos os seus momentos. Pois a ética não está apenas para as práticas profissionais, mas para as relações interpessoais cotidianas do homem civilizado.

Sobre o momento do trabalho profissional em que a ética deveria ser realizada, os docentes informam que a ética deve estar presente em toda a ação pedagógica. Nesse sentido, a ética relaciona-se com o agir individual do professor, na escola e fora dela, este precisa seguir normas que têm relação com determinados valores morais, dentre eles a competência profissional, traduzida na habilidade de expor informações confiáveis e coerentes com os estudos e pesquisas de sua área de atuação. Segundo Lisboa (1997), a conduta ética deve respeitar o direito do outro, harmonizando-se a convivência em sociedade. Assim, a atitude ética, como uma ação profissional e responsável que expõe informações, constrói o conhecimento e proporciona a aprendizagem pautada na verdade.

Em um terceiro momento, pediu-se que os entrevistados que refletissem sobre a possibilidade de existência do racismo na escola onde trabalham. Os resultados foram os seguintes:

Quadro 3: Possibilidade de existência do racismo na escola

PROFESSOR	PERGUNTA 3: Você considera que exista racismo na escola em que você trabalha? Justifique sua resposta.
PROFESSOR 1	Lamentavelmente, racismo existe em todo o Planeta, é notório. Nas escolas onde trabalho, não é diferente. No cotidiano, vai se observando que certos alunos (as), num olhar, numa aproximação ou não, na maior ou na menor atenção, num risinho sarcástico, vão demonstrando que ainda têm essa terrível doença da alma, quase sempre adquirida no ambiente familiar e isso se torna milenar, como também alimentada diante da convivência diária na escola da vida. E, principalmente nos mais jovens, vez por outra (o que vem diminuindo), o preconceito é explícito, notadamente em momentos de atritos pessoais. O racismo ainda está muito entranhado na alma humana. Como se sabe, no Brasil ele é muito camuflado por pessoas covardes, traiçoeiras... o que fere ainda mais, onde quase sempre surgem de surpresa, que quando menos se espera dão o “bote”.
PROFESSOR 2	Existe não apenas o Racismo, mas várias formas de preconceito, discriminação, segregação e exclusão social.

Percebe-se que os professores reconhecem a existência do racismo no âmbito escolar, inclusive, pontuando o racismo velado e concretizado de maneira “camuflada” no preconceito, discriminação, segregação e exclusão social. Em se tratando da presença do negro na sociedade brasileira, nota-se que, historicamente, a discriminação do negro no Brasil mostra-se claramente aos olhos do leitor brasileiro. Um racismo que, embora velado, manteve-se não só quanto à desigualdade econômica e social entre brancos e negros, mas também, quanto à antiga ideologia que definia bem a diferença entre os dois, conforme expõe Fernandes (2011, p. 26): “Os negros, atravancariam o progresso, um dos fatores do atraso brasileiro, de não evoluirmos. Por outro, lado, supervalorizavam a raça branca, a pura, a detentora do saber”.

Esse posicionamento racista permeou a representação social do homem negro no imaginário da sociedade brasileira e, por conseguinte, calou-lhe a voz, distorceu ou mascarou suas ações e deu margem ao racismo.

Considerando a existência do racismo na escola, indagou-se aos entrevistados como deveria ser tratado o racismo na escola e em que atividade poderiam dar um exemplo do trabalho ético na prática do ensino etno-racial. Os dados colhidos encontram-se no quadro seguinte.

Quadro 4: Como deve ser tratado o racismo na escola e em que trabalho de caráter ético

PROFESSOR	PERGUNTA 4: Como deve ser tratado o racismo na escola? Em que atividade você pode dar um exemplo do trabalho ético na prática do ensino etno-racial?
PROFESSOR 1	Com esclarecimentos, com muito diálogo, com muita conscientização e, na precisão, punição. Procedendo com total respeito para com todo o alunado, indistintamente, e dando a mesma atenção (como aluno e ser humano) e colaborações aos alunos negros. E isso não poderia ser mais propício que nos trabalhos de pesquisas e em grupos.
PROFESSOR 2	<p>Deve ser tratado com plena consciência, ou seja, o primeiro passo é a identificação do mesmo. Em seguida, devem ser tomadas as medidas cabíveis. E para isso os profissionais da educação precisam estar preparados para as possíveis condutas ilícitas. É preciso saber o que é Racismo, como ele pode se manifestar, o que a Constituição Federal determina como procedimento legal e, o que as autoridades legais da própria escola instruem como procedimento em seu regimento.</p> <p>Ou seja, o Racismo deve ser combatido, principalmente, para que não ocorra na escola. E não como tem acontecido com frequência, que é a necessidade de se buscar como se tratar dessa questão quando algum ato vem à tona. As medidas preventivas devem ser estimuladas em um processo seguro e gradual para a erradicação do mesmo. Implantando a política das Diversidades com coerência e efetiva determinação da consciência de que somos de variadas etnias mas de apenas uma única raça, a Raça Humana.</p> <p>Ao ser trabalhada a temática da Cultura Africana e sua influência na Formação Cultural do Brasil, costumo iniciar a aula com a audição de alguns trechos de músicas do continente africano (conhecidas e desconhecidas) para perceberem que a Arte, mesmo sendo uma linguagem universal apresenta suas diversidades étnicas.</p>

Sobre o tratamento do tema “racismo” na escola, os docentes informam que a ação pedagógica de caráter ético deve pautar-se na busca de informação e discussão coletiva de forma preventiva e não punitiva quando percebida alguma atitude por parte dos alunos.

Segundo Rodrigues (2005), uma característica da escola é que ela é uma instituição de cultura “que deve socializar o saber, a ciência, a técnica e as artes produzidas socialmente, para que todos possam ter acesso a esses bens culturais” (RODRIGUES, 2005, p. 56-57). Portanto, discutir o racismo na escola é cumprir a exigência de contemporaneidade histórica da escola que capacita os alunos, desenvolvendo sua compreensão e entendimento da realidade vivida.

Aos entrevistados solicitou-se que opinassem sobre o papel do professor no trato das questões que envolvem o tema do racismo nas suas aulas. Os dados são os seguintes:

Quadro 5: Papel do professor no trato das questões que envolvem o tema do racismo nas suas aulas

PROFESSOR	PERGUNTA 5: Em sua opinião, qual o papel do professor no trato das questões que envolvem o tema do racismo nas suas aulas?
PROFESSOR 1	De orientador e exemplificador. Exemplificar, sendo atencioso também aos alunos negros (o que muitos colegas já fazem em minha cidade, Alagoa Grande).
PROFESSOR 2	De suma importância, pois trata de uma temática secular que precisa urgentemente ser banida das relações humanas. Acho até um problema que caracteriza o atraso cultural da sociedade brasileira, por ser de tanto tempo. Enfim, todos os professores de todas as áreas devem empenhar-se e dedicarem-se nesse movimento de fim do racismo. Inclusive por ser um tema já saturado entre os mais conscientes, e supõe-se que assim são os professores, estes devem contribuir para que todo brasileiro possa entender que não faz mais sentido manter o preconceito racial ou qualquer que seja. A diferença dos seres humanos está em sua qualidade. E a qualificação passa pela educação em todos os seus níveis, dentro e fora de uma sala de aula. Dessa maneira, o professor tem obrigação ética, moral e cultural de não tolerar qualquer que seja a ação racista e tomar as medidas cabíveis.

Os dados obtidos sobre o questionamento feito quanto ao papel do professor no trato das questões que envolvem o tema do racismo nas suas aulas revelam que para o professor 1, o docente assume em sua identidade os papéis de orientador e exemplificador. Tal resposta advém, por conseguinte, de sua experiência com alunos de origem étnico-racial negra, posto que leciona na cidade de Alagoa Grande, onde existe uma comunidade quilombola chamada “Caiana dos Crioulos”.

O professor 2 fala em Obrigação ética, moral e cultural do docente em tratar do tema racismo na sala de aula, portanto, não basta ensinar conceitos e valores democratizantes, é preciso que eles sejam vivificados no convívio intra-escolar, entre todos que fazem parte da ação escolar, especialmente entre professores e alunos. É esse, no nosso entender, o grande diferencial, ou ponto de partida, para uma discussão abrangente sobre as questões que envolvem o tema do racismo no terreno escolar.

Finalmente solicitou-se aos docentes que narrassem uma experiência vivida na sala de aula relacionada ao racismo:

Quadro 6: Experiência vivida na sala de aula relacionada ao racismo

PROFESSOR	PERGUNTA 6: Conte uma experiência vivida na sua sala de aula relacionada ao racismo
PROFESSOR 1	<p>Há cerca de 10 anos, na Escola Normal, Uma aluna com idade de 16 anos, “moreninha”, com cabelos “estirados à força”, estava simplesmente “se achando” diante de algumas alunas negras, do Quilombolas de Caiana dos Crioulos, aqui em Alagoa Grande. Não direcionei uma só palavra à ela, mas na aula seguinte, estabeleci um diálogo com toda a turma sobre o racismo. Me expressei om palavras, onde procurei mostrar que ali não havia brancos, (inclusive eu), ainda falei que só as alunas da Caiana tinham a etnia totalmente preservada e que os outros, eram frutos da miscigenação, portanto também fruto do povo negro; que preconceito racial (ou qualquer outro), é atraso espiritual, é ignorância cultural, desumanidade e uma grande ilusão. Na oportunidade, pedi para quem ainda sofre desse mal, parasse um pouco e fizesse uma reflexão se, no “frigir dos ovos”, no crepúsculo da vida, valeria a pena em ser racista! E que, se posicionasse no lugar de quem sofre a agressão (sutil ou explícita), do preconceito. Aparentemente, fez efeito. E isso foi muito gratificante para mim.</p>



PROFESSOR 2	Ainda é comum as brincadeiras racistas, como piadas, anedotas, apelidos e obviamente as práticas de bullying. Atualmente, pelo menos nos últimos três anos não tenho percebido nas minhas aulas esse tipo de comportamento. Talvez por não dar brecha para que o mesmo ocorra, ou por um certo reconhecimento dos discentes do malefício dessa ação. A primeira opção com muito maior probabilidade para a não frequência do racismo. Mas já ocorreu o caso até mesmo de professores chamarem um certo aluno de “nego safado”. O problema foi detectado, a turma em peso como testemunha, o caso foi levado ao Ministério Público e o docente precisou se retratar para com o indivíduo e para com a sociedade em serviço voluntário.
-------------	---

Segundo Hobsbawm (1990), elementos como etnia ainda se encontra na base da construção de nação, sendo necessário sublinhar o fato de que no Brasil a etnia sempre foi um problema, a identidade racial sempre foi e ainda é confusa. Já Guimarães (1999, p. 49) argumenta que a nação brasileira foi imaginada numa conformidade cultural em termos de religião, raça, etnicidade e língua. Nesse quadro, há um racismo que é a negação absoluta das diferenças e que pressupõe uma avaliação negativa de toda diferença, implicando um ideal de homogeneidade.

Nesse sentido, introduzir o tema do racismo nas aulas de história em conjunto com uma abordagem sobre a ética configura uma certa inovação daqueles que tomarem a frente do Ensino Básico. Entretanto, a sociedade não está restrita apenas ao contexto escolar, portanto, faz-se necessário superar e renovar a ação pedagógica, atentando para o aspecto ético que produzirá informações adequadas e promoverá a sociabilidade entre os diferentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia a dia, nós professores (as), construímos e reconstruímos nosso fazer, nossos saberes, nossa/s identidade/s. Como a água, a identidade se constrói por meio de um processo e em situações e contextos diferenciados: brota em gotas, se transforma, cresce, desce montanhas e vira rio. Como o ar, que quando venta forte, modela a rocha, enfurece o mar. Como o fogo, que ora aquece e conforta, ora queima e consome. Como a terra, que fornece base, sinaliza caminhos, é fértil se bem trabalhada e cuidada. Assim nessa busca constante pela mudança transformamos o nosso meio e o meio dos nossos alunos, sem dúvida, seja este encontro com o “novo” à cada dia, que torna o dia a dia mais prazeroso para o desenvolvimento profissional do docente e do discente.

O exercício profissional do professor requer uma série de itens como, por exemplo: esforços, interesses, expectativas, valores e crenças que acabam coincidindo com as condições concretas de trabalho colaborando para que os resultados sejam satisfatórios. Mas não podemos desistir. Não enquanto olharmos nossa sala de aula e a vemos cheia de alunos esperando de nós professores, que não desistamos, já que é nosso papel é estimulá-los. Não podemos perder a crença na educação e no magistério. Não podemos correr o risco de nos deixarmos envolver por uma negatividade e acharmos que nada podemos fazer.

A profissão é difícil e não temos o reconhecimento social, salários dignos, nem condições ideais de trabalho. Às vezes, no exercício da profissão, sentimos vontade de largar tudo, pois os limites se impõem criando barreiras em nossas ações e planos, e a esperança se afastam. Mas no dia seguinte, no próprio espaço de trabalho, lá estamos novamente, começamos tudo de novo e a esperança retoma nossas ações e nossos pensamentos. Não queremos ignorar tudo isso, apenas nos propõe a não ignorarmos também as alternativas de superação. É necessário que façamos uma reflexão no sentido de buscar as respostas. Uma reflexão implica sempre numa análise crítica do trabalho que realizamos e principalmente, no comprometimento ou não do que fazemos em/na nossa profissão, dadas certas condições contextuais. E é nesse movimento ético da prática e da reflexão sobre a docência que se promove o exercício do compromisso.

Nossa profissão nos exige uma dedicação total, enquanto estivermos exercendo o ofício de ensinar apenas estando professores, não podemos nos “passar” como tais. A nossa identidade é sustentada pelo compromisso. Mas só assumimos esse compromisso quando somos professores e não quando estamos professores. Não podemos “estar” na profissão provisoriamente, temporariamente, alugando uma profissão como se aluga um imóvel.

Defendemos que em nossa profissão - magistério - temos que morar nela. Morar no sentido de habitar, achar-se, encontrar-se.

Talvez esse aluguel da profissão docente seja quem permita com que existam profissionais “frustrados” com a educação, caso pararmos para pensar a responsabilidade do professor é grande diante da exigência do mundo do trabalho/mercado. Portanto nós quanto educadores temos que está constantemente antenado com a realidade que nos cerca.

As contradições entre teoria e prática, discurso e realidade levam o professor a se indagar sobre o papel em sala de aula e como fazer com que os conteúdos de sua matéria não sejam estranhos e distantes do mundo do aluno. Isso decorre muitas vezes do próprio ambiente escolar que ainda se molda em um espaço pouco atraente. Por isso, é preciso debate sobre princípios e teorias, formação e identidade docente, concepções de história e as concepções das metodologias de ensino. É preciso uma sólida prática de pesquisa e avaliação da realidade, sem autodidatismo, com posicionamento político, ético e pedagógico e a partir daí transformar processualmente a própria prática. Este constitui um problema a ser resolvido para que o novo não envelheça sem ser realizado.

## REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **(Auto)biografia e formação humana**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

ARAÚJO, Maria Gercileni Campos de. **Subjetividade, crise e narrativa**. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza. v. II, nº. 1, p. 79 - 91 / Mar. 2002.

BAPTISTA, Célia Lucia de Oliveira. O negro e o preconceito na sociedade e na escola. In: Revista da(o) Pedagoga(o): **Revista de Iniciação Científica dos Alunos do Curso de Pedagogia Network**. V. 1, n.1, Nova Odessa, SP: Faculdades Network, 2011.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas, SP: Autores Associados. 2000. (Coleção Formação de professores)

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

FENELON, Déa Ribeiro. **A formação do profissional de História e a realidade do ensino**. In: Cadernos CEDES, São Paulo: Cortez Ed, n 8, p. 24-31, 1987.

FERACINE, Luiz. **O professor como agente de mudança social**. São Paulo: EPU, 1990.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa, 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Lourival C. de. **Mudanças e inovações na educação**. 2. ed. São Paulo: EDICON, 2005.

GARCIA, Maria. **Biodireito Constitucional**: Questões Atuais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIROUX, H. **Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação**: in: SILVA, T. T (org) Alienígenas na sala de aula. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

JOHANN, Jorge Renato. **Educação e ética**: em busca de uma aproximação. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

LA TAILLE, Yves de. SOUZA, Lucimara Silva de. VIZIOLI, Leticia. **Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 91-108, jan./abr. 2004.

MESQUITA, Giselly Soares de. **O cordel, o negro e a escola**: a cultura popular vai para a sala. e discute história. 2004. Disponível em: [http://www.anpuhpb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos)  
Acesso: 22/06/2014.

PEREIRA, Auricélia Lopes. **Nas Trilhas da ética e da espiritualidade**: novas possibilidades no campo do pensamento pedagógico. Campina Grande, PB: UFPB, 2012.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O professor e o combate à alienação imposta**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

# APÊNDICE

## APÊNDICE – MODELO DE QUESTIONÁRIO

### 1. IDADE:

- |                                       |                                       |  |
|---------------------------------------|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> 18 a 22 anos | <input type="checkbox"/> 36 a 40 anos | <input type="checkbox"/> 53 a 59 anos    |
| <input type="checkbox"/> 23 a 28 anos | <input type="checkbox"/> 41 a 46 anos | <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos |
| <input type="checkbox"/> 29 a 35 anos | <input type="checkbox"/> 47 a 52 anos |  |

### 2. TEMPO DE FORMAÇÃO

- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> 0 a 5 anos   | <input type="checkbox"/> 16 a 20 anos    |
| <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos  | <input type="checkbox"/> 21 a 25 anos    |
| <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos | <input type="checkbox"/> mais de 25 anos |

### 3. GRAU DE ESTUDO (concluído)

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Graduação                      | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação - Doutorado |
| <input type="checkbox"/> Pós-Graduação - Especialização | <input type="checkbox"/> Outro                     |
| <input type="checkbox"/> Pós-Graduação - Mestrado       |  |

### 4. Você frequenta algum curso de formação acadêmica?

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Graduação - Bacharelado                | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação - Mestrado   |
| <input type="checkbox"/> Graduação - Licenciatura               | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação - Doutorado  |
| <input type="checkbox"/> Graduação - Bacharelado e Licenciatura | <input type="checkbox"/> Outro                      |
| <input type="checkbox"/> Pós-Graduação - Especialização         | <input type="checkbox"/> Não frequento nenhum curso |

### 5. MODALIDADE DE ENSINO: \_\_\_\_\_

### 6. ESCOLA(S) QUE LECIONA:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## REALIDADE DO SEU AMBIENTE ESCOLAR

### 1 - O que você entende por ética?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### 2 - Em que momento do trabalho profissional a ética deve ser realizada?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3 - Você considera que exista racismo na escola em que você trabalha? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

4- Como deve ser tratado o racismo na escola?

---

---

---

5 - Em que atividade você pode dar um exemplo do trabalho ético na prática do ensino etno-racial?

---

---

---

---

6 - Na sua opinião, qual o papel do professor no trato das questões que envolvem o tema do racismo nas suas aulas?

---

---

---

7 - Conte uma experiência vivida na sua sala de aula relacionada ao racismo.

---

---

---

---

8 - Qual sua posição como professor na questão de temas voltados a ética docente?

---

---

---

---

Obrigada pela sua colaboração.